

## **Programa de Responsabilidade Social de uma Empresa no Estado de São Paulo: Orçamento Familiar e Consumo**

Área Temática de Direitos Humanos

### Resumo

Este trabalho trata de experiência realizada por estudantes de Economia Doméstica na área de responsabilidade social de uma empresa do setor de eletricidade, localizada no estado de São Paulo. Tal trabalho teve como objetivo principal preparar e ministrar cursos de orçamento familiar e consumo para funcionários da empresa. No total foram ministrados 43 cursos, com participação de 423 pessoas. Durante o curso aplicou-se técnicas do DRP - Diagnóstico Rápido Participativo o que possibilitou um envolvimento maior dos participantes. Houve grande interesse e participação dos funcionários, assim, pôde-se concluir que o estágio foi de grande relevância, contribuindo para o fortalecimento de uma cultura organizacional baseada na ética e na responsabilidade social, beneficiando as relações na empresa, na família e na comunidade, bem como contribuindo para a formação acadêmica das estudantes.

### Autores

Ana Lídia Coutinho Galvão- M.Sc.; Professora do DED/UFV

Amanda Cristina da Silva – Estudante de Pós-Grad em Extensão Rural

Aline Oliveira Guidis – Estudante de Pós-Grad em Economia Doméstica

José Marcos Cessel - Economista - Empresa de SP

### Instituição

Universidade Federal de Viçosa - UFV

Palavras-chave: responsabilidade social; consumo; orçamento familiar.

### Introdução e objetivo

Em meio a tantas incertezas geradas pela economia e que afetam diretamente a vida dos brasileiros, justifica-se a importância da realização deste estágio, uma vez que fazer um planejamento das finanças para se conseguir aquilo que se deseja e passar por eventuais problemas sem muito aperto é essencial para garantir qualidade de vida às famílias.

De acordo com Teixeira (2001), os problemas financeiros podem resultar da falta de administração ou de práticas que prejudiquem a administração do dinheiro. Sendo assim, fazer o orçamento doméstico é a maneira mais segura para enfrentar a crise.

O Orçamento Doméstico tem como objetivo principal educar as pessoas para melhor administrarem os seus recursos (bens, dinheiro, etc.) sendo destinado a todas classes sociais e todas as idades.

É importante ressaltar que para o consumidor obter êxito no seu planejamento familiar, antes de tudo é necessário que ele tenha uma consciência crítica e conheça seus direitos e deveres. Para tanto, existe o Código de Defesa do Consumidor que representa muito mais que um instrumento de proteção do cidadão, sendo de acordo com Dias (1999), um verdadeiro convite à sociedade civil para que se organize na proteção e defesa de seus direitos.

O mesmo autor afirma que vivemos em uma economia cada vez mais complexa, onde a informação e a consciência de seus direitos são os melhores mecanismos para proteger os consumidores de atitudes abusivas e desleais por parte dos fornecedores. Dessa forma, o

Estado e a sociedade civil devem canalizar esforços para fazer com que cada consumidor tenha pleno conhecimento de seus direitos.

A economia brasileira durante a década de 80 manifestou uma profunda crise que instaurou nos seus anos iniciais e refletiu nas dificuldades de retomada do crescimento resultando na virtual estagnação do PIB per capita nesse período e contribuindo para o aumento das desigualdades de renda (OMETTO, 1987).

Segundo Loreto (1997), todos os países, inclusive o Brasil, estão sendo seduzidos/empurrados em direção ao processo de globalização, do qual emerge uma nova ordem social, que possui caráter excludente e discriminatório, encontrando-se configurada por um sistema constituído de fragmentações, descontinuidades, assimetrias e desigualdades.

Teixeira (1997), afirma que as medidas adotadas pelo Governo Federal, quase sempre concentradas na renda, têm produzido um resultado adverso para a qualidade de vida das famílias, em particular daquelas situadas na classe de renda baixa, mantendo reduzidas as condições de desenvolvimento social e econômico e de investimento nos aspectos qualitativos, como educação, saúde e habitação, entre outros.

Como essas mudanças de regras afetam diretamente o poder aquisitivo do povo, levando grande parcela do mesmo a não conseguir atender ao mínimo de suas necessidades como cidadãos, especialmente cidadãos consumidores, observa-se que essa situação representa uma pressão cada vez maior para as camadas da população de baixa renda (MARQUES e CEBOTAREV, 1994).

De acordo com Pietrocolla (1986), a cidadania não se refere somente à ordem do poder público do Estado, mas deve existir em todas as relações sociais, econômicas, políticas e culturais. A sociedade democrática é aquela que vai conseguindo humanizar suas ações e práticas pelo reconhecimento de todos por todas as pessoas sem exclusão de qualquer ser no processo político, econômico e social.

Pietrocolla (1986), comenta ainda que, todo indivíduo tem direito a cidadania; às informações formais e informais que asseguram um melhor conhecimento do mundo que o cerca; à participação política; a conhecimentos técnicos, profissionais, industriais e culturais. Em suma, todos têm direitos de ser cidadãos e o Estado tem o dever de criar os canais que viabilizam tais possibilidades.

A cidadania começa na relação interindividual, passa pela família, empresa, igrejas, instituições da sociedade civil e culmina no Estado; seu exercício é a melhor forma de se fazer valer os direitos garantidos, onde deve-se exigir sua observância e zelar para que estes não sejam desrespeitados.

A produção e consumo na família estão estreitamente relacionados com seu poder aquisitivo e com a situação econômica da sociedade.

O consumo, segundo Silva (2000), é a parte indissociável do cotidiano do ser humano, independentemente de sua classe social; desde o nascimento e em todos os períodos de sua existência, o ser humano está sempre consumindo, os motivos vão desde a necessidade de sobrevivência até o consumo por simples desejo.

Silva (2000) ainda acrescenta que o consumo é a seleção, compra e uso de bens e serviços. São as despesas feitas pelos consumidores e instituições não lucrativas, em bens e serviços com o objetivo de satisfazer seus desejos e necessidades.

O ato de consumir é comum a todos os seres do universo; para que o consumo seja efetuado é preciso que se tenham recursos disponíveis. Os recursos são meios que as pessoas possuem para satisfazer suas necessidades; eles podem ser materiais (dinheiro, bens) ou humanos (habilidades). Os recursos, por sua vez, são escassos isto quer dizer que não são suficientes para atender a todos os desejos e necessidades das famílias, daí surge o processo de tomada de decisão. Nota-se, assim, que a administração dos recursos na família tenta burlar a escassez através das atividades supracitadas. Conforme Silva et al (1995), a produção “cria

ou aumenta o valor dos recursos”. Assim, tem-se a produção fora do âmbito familiar à qual normalmente atribui-se valor monetário. Há também a produção caseira, que conforme os autores citados acima, é “aquela que gera renda-dinheiro, isto é, cujos produtos, além de serem comercializados, podem também ser usados no consumo da família”, servindo então como forma de aumentar os recursos monetários.

O processo de tomada de decisão, ou seja, a escolha de como utilizar os recursos, envolve as seguintes etapas: reconhecimento da necessidade, procura por alternativas, avaliação das alternativas e aceitação da responsabilidade da decisão (GALVÃO, 2001).

Para Bennett & Kassarian (1975), o comportamento do consumidor sempre envolve escolha. Isto deriva da crença que: cada consumidor tem uma renda limitada (finita), cada unidade consumidora tem desejos e necessidades ilimitadas (infinitas) e cada bem ou serviço capaz de satisfazer uma necessidade ou desejo (despesa) tem um custo diferente de zero.

As despesas podem ser fixas, flexíveis e diárias. As despesas fixas são aquelas regularmente pagas ou que possuem algum tipo de obrigação moral ou legal, devendo ser prevista de modo permanente no orçamento, apesar de estarem sujeitas a alterações devido às oscilações dos preços de gêneros alimentícios, luz, combustível, etc. Itens considerados fixos são: aluguel, seguro, prestações, mensalidade escolar, entre outros. As despesas flexíveis são aquelas que variam de mês para mês, como vestuário, lazer e emergências. As despesas diárias são aquelas realizadas todos os dias, como transporte e lanche (GALVÃO, 2001).

Quando ocorre uma queda no poder aquisitivo, as famílias reagem adotando atividades administrativas, por meio das quais procuram redimensionar o consumo, baixando o padrão em quantidade, qualidade ou simplesmente, eliminando os itens que consideram inacessíveis (MARQUES e CEBOTAREV, 1994).

As mesmas autoras apontam ainda que a administração de recursos na família diz respeito ao planejamento do uso dos recursos e à implementação de planos para satisfazer às demandas.

Dessa forma, é importante ter em mente que, a educação preventiva tem como objetivo não só ensinar as pessoas, mas prepará-las para lidar com as mais diversas situações enfrentadas no cotidiano, ajudando-as a usar e administrar eficientemente seus recursos humanos e materiais.

A Educação preventiva para o consumo trás uma série de benefícios para muita gente; para os indivíduos ela gera desenvolvimento do senso crítico; ajudando-os a distinguir entre o certo e o errado e proporcionando melhoria da qualidade de vida. A educação para o consumo contribui para a sociedade formando cidadãos mais ativos e informados, enquanto para as indústrias esta educação para o consumo proporciona desenvolvimento de produtos de melhor qualidade, diminuindo os gastos com assistência técnica, além de propiciarem propaganda boca a boca e consumidores leais.

O consumo talvez seja a atividade econômica da família mais conhecida, com isso, muitas famílias enfrentam problemas devido ao consumo excessivo ou inadequado de bens e serviços. Ao final de cada mês algumas pessoas perdem o controle tentando ajustar seu pagamento com suas despesas.

“Muitas vezes ficam no vermelho sem saber o porque isso acontece e acabam culpando pessoas ou situações. Geralmente não fazem um planejamento de sua vida financeira. O planejamento financeiro é fundamental para dar um rumo às nossas vidas. Comprar um carro, um imóvel, fazer uma viagem, comprar coisas para casa, planejar nosso futuro profissional, etc, dependem de como nos organizamos para atingir nossos objetivos. Um bom planejamento financeiro vai depender de muita disciplina e controle de todos os gastos” (EDWARD, 2003).

Para que se faça uma boa administração do dinheiro é preciso que se faça um orçamento, o qual é um plano, o primeiro passo no processo administrativo, aplicado ao

recurso dinheiro, uma vez que um bom administrador deve ter em mente e registrado no papel o quanto pode gastar e quanto deve economizar, para o conforto e segurança econômica da família. A contabilidade doméstica não visa orientar a pessoa a economizar dinheiro mas sim como gastar e distribuir melhor o dinheiro de modo a obter maior satisfação quanto a aquisição de bens (BERNARDINA, 1967).

Orçamento Doméstico é o planejamento que se faz com o dinheiro para evitar o endividamento e o gasto desnecessário. Ele refere-se ao cálculo de previsões das receitas e despesas durante determinado período (TEIXEIRA, 2001). É uma ferramenta importantíssima que ajuda a administrar os recursos, quanto se ganha, quanto se gasta, o que se tem condições de comprar e quanto se pode pagar pelos artigos que se deseja comprar.

Segundo Galvão (2001) é por meio do planejamento que se conhecem em detalhes os ganhos, aprende a poupar, gastar adequadamente e controlar as finanças para atingir os objetivos desejados. Para manter o planejamento financeiro familiar, são necessários um pouco de tempo, esforço e, sobretudo, organização. Tudo tem que ser anotado e os cálculos precisam ser atualizados constantemente.

Ao desenvolver o orçamento doméstico é de fundamental importância levar em consideração o perfil pessoal ou familiar. Afinal esta é uma atividade que pode ajudar a sustentar ou a conquistar a qualidade de vida (EDWARD, 2003)

Para determinar os gastos, a família deve reunir-se e estabelecer suas metas, os objetos que tem em vista alcançar com o uso do recurso dinheiro. Os membros devem decidir o que esperam obter de sua renda. Para o sucesso desse plano orçamentário é necessário que se obedeça a uma ordem de importância de seus objetivos, necessidade e desejos (TEIXEIRA, 1997).

Os consultores recomendam que as pessoas façam diagnósticos completos para ter uma noção mais exata dos seus ganhos e das suas despesas, do peso da dívida, de como andam os investimentos e o patrimônio. A administração dos recursos é de grande importância para a segurança e tranquilidade familiar, uma vez que os recursos são escassos. (TEIXEIRA, 1997).

Para Silva (1988), necessidade é algo indispensável para se viver. Diferencia-se de pessoa para pessoa dependendo principalmente de sua idade, sexo e cultura. Existem basicamente dois tipos de necessidades, as primárias ou inatas, que são aquelas com as quais nascemos: necessidade de alimentação, água, habitação, vestuário; e aquelas necessidades secundárias ou adquiridas que são necessidade de segurança, transportes, afeto, estima, prestígio status entre outros. Essas necessidades merecem atenção especial na hora de decidir como serão alocados os recursos, uma vez que elas são necessidades adquiridas por influência do meio no qual estamos inseridos e dependem dos valores de cada um para ser ou não uma necessidade real.

Os desejos e necessidades são organizados em prioridade, utilizando o formato geométrico de um triângulo, conhecido como “pirâmide de necessidades de Maslow”, afirmando que, passa-se de um nível a outro de necessidades, à medida que se consegue atingir a satisfação da anterior. Na base da pirâmide estariam concentradas as necessidades fisiológicas, procedidas, pelas de segurança, afeto, prestígio, até se atingir o quinto nível de necessidade, que seria o de auto-realização. Os desejos mais altos da escala somente serão satisfeitos, uma vez que os que se encontram mais abaixo já o estiverem. Sendo importante ressaltar que, existem motivos que nunca estarão plenamente satisfeitos, tais como: fome, estima, “status”, entre outros. E que influenciam diretamente no que consideramos como prioridade para satisfação imediata, para que se mantenha o grau desejável, ou possível, à manutenção da qualidade de vida.

Diante disso, o orçamento doméstico deve ser direcionado para atender aquelas necessidades imediatas (fisiológicas) e também as tidas como mais importantes ou essenciais

para garantir a qualidade de vida de casa família.

Desta forma, objetivou-se com este trabalho ministrar cursos para os funcionários de uma empresa, afim de conscientizá-los sobre a importância de se fazer o Orçamento Familiar, bem como ensiná-los a controlar seus gastos, saldar suas dívidas e informá-los sobre o Código de Defesa do Consumidor.

Especificamente, buscou-se:

-Apresentar técnicas básicas de como administrar de maneira eficiente o orçamento familiar;

-Contribuir para melhorar a qualidade de vida dos participantes;

-Promover o fortalecimento de uma cultura organizacional baseada na ética e na responsabilidade social.

### Metodologia

Este trabalho foi realizado no período de 13 de julho a 08 de agosto de 2003, em uma empresa de eletricidade e serviços do estado de São Paulo. O trabalho foi dividido em etapas, primeiramente preparou-se o material didático para ser distribuído aos participantes e sistematizou-se o curso, adequando-o ao público alvo, que se constituiu de colaboradores e familiares, tanto da sede quanto das regionais. Preparou-se um manual informativo, exercícios para os participantes e dinâmicas, procurando possibilitar maior envolvimento e comprometimento dos participantes.

Na segunda etapa foram ministrados cursos sobre “Orçamento Familiar e Consumo”, durante os quais se utilizou técnica de DRP (Diagnóstico Rápido Participativo). O curso foi realizado na sede (em Campinas) e nas oito Regionais (Votuporanga, Andradina, Limeira, Rio Claro, Atibaia, Guarujá, Tatuí e Itanhaém). Foram ministrados 43 cursos com duração de duas horas cada, o que totalizou 86 horas.

Finalmente foi elaborado o relatório e avaliação dos cursos ministrados.

### Resultados e discussão

Foram ministrados 43 cursos, totalizando 86 horas. Participaram dos cursos 423 pessoas.

- Campinas: 65 participantes (40 adolescentes e 25 adultos)
- Itanhaém: 58
- Registro: 46
- Atibaia: 37
- Tatuí: 22
- Itapeva: 24
- Guarujá: 11
- Ubatuba: 22
- Cunha: 11
- Votuporanga: 20
- Andradina: 40
- Rio Claro: 23
- Limeira: 16
- Mogi Guaçu: 28

Durante os cursos percebeu-se grande entusiasmo por parte dos participantes, que procuraram ilustrar a apresentação com exemplos e sanar as dúvidas o que favoreceu a troca de experiências, enriquecendo assim, o curso.

Houve grande interesse pela planilha de gastos apresentada, que é a ferramenta que irá ajudar na execução do orçamento familiar. O Código de Defesa do Consumidor também despertou curiosidade; no entanto pôde-se perceber que grande parte das pessoas não tinha

conhecimento de seus direitos enquanto consumidores ou não se preocupam em exigí-los por acreditarem que a justiça no Brasil é muito lenta.

Durante o curso, foram aplicadas técnicas de DRP (Diagnóstico Rápido Participativo) a partir das quais se obtiveram dados relativos aos hábitos de consumo familiar, tais dados foram tabulados e os resultados enviados à empresa.

#### Média das Despesas

Média das despesas das famílias participantes do curso “ORÇAMENTO FAMILIAR E CONSUMO, em cada área do orçamento:

▪ Alimentação-----	22,21%
▪ Habitação-----	20,66%
▪ Transporte-----	14,66%
▪ Educação-----	9,87%
▪ Saúde-----	8,16%
▪ Poupança-----	6,32%
▪ Serviços-----	5,84%
▪ Vestuário-----	5,62%
▪ Lazer-----	4,68%
▪ Higiene-----	4,5%

\* Dados coletados durante os cursos ministrados em Campinas

#### Conclusões

Após o término do trabalho pôde-se concluir que o mesmo possibilitou às estudantes envolvidas um enriquecimento tanto profissional quanto pessoal e cultural.

A possibilidade de conhecer as dependências e o cotidiano de uma empresa tão conceituada e responsável com certeza será diferencial na vida profissional das estudantes. Além disso, o acesso aos diferentes públicos que prestam serviço à empresa contribuiu muito para a realização e êxito do trabalho desenvolvido.

Percebeu-se também a relevância do curso para os participantes, uma vez que possibilitou uma grande troca de experiência entre eles e entre participantes e estagiárias. Através das informações passadas aos participantes, será possível o fortalecimento de uma cultura organizacional baseada na ética e na responsabilidade social, o que beneficiará as relações no trabalho, na família e na comunidade.

É importante ressaltar que o curso contribui ainda para o Programa Fome Zero, pois durante a realização do mesmo foram arrecadados alimentos que serão doados a entidades cadastradas ao programa, localizadas na área de concessão da empresa.

Conclui-se ainda que o bom desempenho alcançado só foi possível devido às condições oferecidas pela empresa para a realização do mesmo desde o seu planejamento até a execução (como orientação de um profissional experiente, cronograma detalhado, suporte financeiro, etc).

#### Referências bibliográficas

BENNETT, P. D.; KASSARJIAN. H. H. **O comportamento do consumidor**; Tradução de: Vera Maria C. Nogueira e Danilo A. Nogueira. São Paulo. Atlas. 1975. 161p.

BERNARDINA, Z.D. **Contabilidade do lar**. Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. Diretoria Geral de Extensão. Série Divulgação Boletim 18. 1967.

DIAS, J. C. Apresentação. In: **Cartilha do Consumidor**- Secretaria de Direito Econômico, Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, 1999. 104p.

EDWARD. L.C. **Orçamento Doméstico**. Disponível na internet no site: [www.economiadomestica.com.br](http://www.economiadomestica.com.br) acessado em 20 de maio de 2003.

- GALVÃO, A.L.C. **Notas de aula da disciplina ECD 316 – Administração dos recursos na Família**. 2001. (mimeografado)
- LORETO, M. D. S de. Características e desafios do profissional em Economia Doméstica na nova ordem social. VIII Semana Acadêmica de economia doméstica: Competência e compromisso político. **Anais**. Viçosa/MG: UFV. 1997. 39 – 51p.
- MARQUES, N.A.C.; CEBOTAREV, E. A. Economia e economia familiar. I Simpósio de Economia Familiar. **Anais...** Viçosa/MG: UFV. 1994. 114 –134p.
- OMETTO, A.M.H.. Política salarial, crise e estratégias de sobrevivência da população Brasileira de baixa renda. In: **OIKOS**, vol. 5, nº 1. Viçosa/MG: Imprensa universitária, 1987. p. 72-77.
- PIETROCOLLA, L. G. **O que todo cidadão precisa saber sobre sociedade de consumo**. São Paulo/SP: Global, 1986. p. 74
- SILVA, N. M. Apostila de educação do consumidor. **Notas de aula da disciplina ECD-314 Educação do Consumidor**. Viçosa/MG: UFV, (2000), (s. p.), (
- SILVA, N. M.; BRAGA, F. F.; DONZELE, M. F. Pobreza e organização econômica familiar: um estudo de caso. Viçosa, **OIKOS**, v. 9, n. 1, 1995. p. 75-93.
- SILVA, N.M.. **ABC do consumidor**. Viçosa/MG: Imprensa Universitária, 1988.
- TEIXEIRA, K. M. D. **Estrutura e estilo de funcionamento das famílias brasileiras em situação estressante: adaptação do modelo circunflexo de Olson**. Viçosa: UFV, 1997. 82p. (Dissertação – Mestrado)
- TEIXEIRA, K.M.D. Notas de aula da disciplina ECD 316 – Administração dos recursos na Família. 2001. (mimeografado)